

Psicologia, Sexualidade e Religião: Ligações Perigosas

Sandra Elena Sposito

Fundação Educacional de Penápolis

Em fevereiro de 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma nova regulamentação para determinar padrões éticos e protocolares para os profissionais da Psicologia, tratou-se da Resolução CFP 01/99. Através desta tornou-se obrigatório que os psicólogos e as psicólogas do Brasil se alinhassem aos parâmetros da OMS (Organização Mundial da Saúde) e ao CID – 10 (Código Internacional de Doenças – versão 10) no que se refere ao entendimento da homossexualidade, ou seja, não seriam mais aceitas as práticas e discursos desses profissionais que a chancelassem como doença, desvio ou perversão, bem como desautoriza o tratamento e a proposta de cura da atração entre pessoas do mesmo sexo.

A necessidade de publicar uma norma ética com características restritivas no que tange ao tratamento de uma expressão do comportamento sexual do indivíduo foi algo inédito na história do CFP e foi marcado pela necessidade de um posicionamento ético-político da Psicologia no Brasil frente às iniciativas de profissionais vinculados à grupos religiosos que propunham a “cura” ou “reversão” da homossexualidade, baseados muito mais em pressupostos oriundos das religiões do que da ciência psicológica.

O CFP inicialmente tomou conhecimento de tais fatos a partir de uma denúncia formulada pelo movimento social de defesa dos homossexuais, representado na época pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) através de ofício enviado por um de seus membros mais conhecidos o antropólogo Luis Mott.

Segundo Marcus Vinícius de Oliveira, então membro da diretoria do Conselho Federal de Psicologia, a denúncia de Mott se referia a um grupo vinculado a uma igreja evangélica que executava um projeto chamado “Êxodus” e que os psicólogos que lá atuavam prometiam fazer o “êxodo dessas pessoas, desta condição negativa para uma outra” (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 218).

Em entrevista realizada em abril de 2000 na Revista Veja, a então Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Bock, discutiu amplamente a Resolução CFP 01/99 e os impactos da mesma na realidade brasileira, confirmando a influência da questão religiosa:

Em geral, os psicólogos que tratam o homossexualismo como doença estão ligados a grupos religiosos. Há clínicas que prometem cura para a homossexualidade e existem psicólogos envolvidos nesses tratamentos. No ano passado, houve um grande congresso de um grupo religioso em Viçosa que prometia curar gays. Nós soubemos do envolvimento de psicólogos e foi a partir daí que decidimos adotar a resolução. Não nos interessava naquele momento perseguir os psicólogos, na medida em que nem tínhamos uma orientação oficial. O que fizemos foi construir essa norma. (Granato, 2000)

No Conselho Federal de Psicologia à época dos fatos vigorava uma intensa discussão dos Direitos Humanos em interface com a Psicologia tanto que no ano anterior havia sido instalada a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) nesta entidade (Resolução CFP 011/98). Para Marcos Vinícius de Oliveira, a denúncia apresentada pelo GGB era representativa de uma discussão mais ampla que a referida Comissão estava aprofundando no âmbito do sofrimento mental imposto a determinadas expressões identitárias. Em suas palavras:

E foi fazendo essa reflexão que fomos encontrar uma linha que nos conduziu ao tema da produção das identidades sociais como fonte de sofrimento mental, diga-se de passagem, sofrimento mental desnecessário. Das identidades produzidas sobre forte contingenciamento social, sobre um contingenciamento opressor da possibilidade da expressão do *self* individual minimamente integral. Nessa reflexão que estávamos fazendo naquele momento na Comissão Nacional de Direitos Humanos em relação às possibilidades de expressão da identidade dos loucos, dos negros, não foi difícil perceber a intolerância com relação a certas identidades sexuais. (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 220)

O direcionamento ético-político dado pelo CFP à denúncia trazida pelo GGB foi mais ampla, não reduziu-se ao seu papel meramente punitivo de identificar os profissionais da Psicologia envolvidos na atuação de “cura” da homossexualidade e processá-los, até por que tal medida além de demorada não se constituiria um dispositivo que seria amplamente divulgado e ainda trouxesse novamente à tona a discussão da patologização da homossexualidade. Oliveira ainda afirma que: “Este caso foi importante porque ele foi emblemático de novas possibilidades de atuação da entidade e o resultado, como vocês sabem, foi a edição de uma resolução disciplinando as relações dos psicólogos com o tema da orientação sexual. . .”(Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 219-220).

Sendo assim, a Resolução CFP 01/99 emergiu de um contexto em que se destacava a presença do vínculo religião e prática da psicologia numa associação que patologizava a homossexualidade e propunha seu tratamento, atendendo assim as demandas religiosas através e com a ajuda da ciência psicológica. E esperava-se que, após sua publicação, os discursos e as práticas que embasavam tais ações não fossem oficialmente aceitas e por isso, menos ou não mais executadas, pelos profissionais da Psicologia que as realizavam.

Segundo Natividade (2009) existem no Brasil diversos grupos religiosos cristãos que condenam a homossexualidade e propõem práticas que visam extinguir tal comportamento, dentre esses o autor cita o CPPC – Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos que divulgou diversos artigos que buscavam compreender a causa da homossexualidade e desta maneira facilitar o tratamento da mesma. O autor ainda ressalta que a Psicologia se apresenta nesse contexto como uma das expressivas fontes de explicação das origens da homossexualidade.

Convém apenas observar a relativa porosidade destas perspectivas teológicas em relação a certas teorias psicológicas (especialmente aquelas em relativo desuso no campo *psi*), as quais operam com significados negativos acerca da homossexualidade numa zona de hibridização entre estes campos. A própria fixação em discutir as “origens” desta forma de vivência da sexualidade pode ser tomada como sinal de uma visão patologizadora, que postula certa forma de heterossexualidade como “norma” e se

dedica a tentar colonizar todas as expressões da sexualidade que diferem desta convenção. (Natividade, 2009, p. 135).

O CPPC publica semestralmente uma revista chamada *Psicoteologia* e no primeiro semestre de 2008 esta a publicação tinha como temática central a homossexualidade, na qual foi possível identificar relatos dos impactos da Resolução CFP 01/99 no contexto evangélico-cristão, bem como observar a manutenção das práticas de tratamento da homossexualidade.

No que tange à Resolução CFP 01/99, os comentários estão num artigo: “O CPPC amplia o diálogo”, que relata em retrospectiva histórica o impacto da publicação da referida Resolução e as reações do grupo:

Manhã de março, 1999. A notícia que chega por telefone mudaria muita coisa para o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC). Estávamos diante da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que restringe a atuação e pronunciamentos dos psicólogos na questão da homossexualidade. O alvo éramos nós, como ficou claro em diferentes momentos. O primeiro alvo já estava escolhido e até anunciado por um líder do movimento gay, antes mesmo que a Resolução fosse publicada.

Como pano de fundo, sofríamos variadas acusações desde junho de 1998, quando aconteceu o III Encontro Cristão sobre Homossexualidade. A promoção do evento contou com o apoio do CPPC, bem como de outras entidades cristãs, além do que, associados nossos estavam entre os palestrantes.

Assim foi que saímos do nosso armário e tornamo-nos comentário na imprensa e nos meios profissionais. (Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, 2008, p. 12)

Neste número da revista também há um balanço de um evento realizado em 2007, chamado: II Fórum Interno sobre Homossexualidade, tal artigo, assinado por uma psicóloga, Fátima Fontes, apresentou a síntese dos resultados dos tratamentos realizados pelos profissionais do CPPC:

Ao longo de muitos anos o CPPC fez de sua plataforma na temática da homossexualidade um movimento de apoio aos grupos evangélicos que buscavam, muito bem-intencionalmente, auxiliar os evangélicos com o desejo homoerótico na direção da transformação desse desejo. Mas a verdade mais dura e constatada na vida de muitas pessoas que se submeteram a essa ajuda é que somente um pequeno grupo foi de fato ajudado/transformado em seu desejo e a grande maioria dessas pessoas, submetidas a esses trabalhos atingiu níveis de sofrimento psíquico insuportáveis, que os impeliu a uma “solução de compromisso”: ou abandonavam suas histórias de adesão religiosa, ou enlouqueceriam. Infelizmente, alguns enlouqueceram. (Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, 2008, p. 05)

Numa atitude de explicitar suas posições e práticas profissionais, os psicólogos e psiquiatras cristãos anunciaram a ausência de sucesso de seus tratamentos na reversão da homossexualidade e ainda afirmaram que algumas pessoas submetidas ao mesmo chegaram a enlouquecer. Numa postura totalmente oposta às diretrizes éticas da prática da Psicologia que visam o bem-estar do indivíduo, suas práticas acarretam sofrimentos enlouquecedores.

Apesar de demonstrarem preocupação com a Resolução de 1999, nesses nove anos (a revista é de 2008) que se passaram desde sua publicação, não observou-se mudanças significativas nas práticas profissionais dos psicólogos e psicólogas participantes dos tratamentos de cura, conforme relato do próprio grupo, ou seja, a busca da reversão da homossexualidade ainda é fundamental.

Atualmente, as ligações entre Psicologia, religião e sexualidade revelam essa face que se apresenta explicitamente oposta aos pressupostos da Resolução CFP 01/99 e aos paradigmas fundamentais da prática psicológica calcados nos princípios éticos embasados nos Direitos Humanos. Trata-se de um vínculo perigoso, no qual está em jogo o papel social do profissional da Psicologia na sociedade brasileira que vem se consolidando numa atuação que visa a emancipação e a garantia de direitos, mas que nessa trama da religião com a sexualidade aliadas às teorias psicológicas tem contribuído muito mais para a prevalência do sofrimento, do sentimento de rejeição, do preconceito, enfim da homofobia.

Bibliografia

- Conselho Federal de Psicologia (2011). *Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Brasília: CFP.
- Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (2008, 1º semestre) *Revista Psicoteologia: Edição Especial*, Ano XX, nº 42.
- Granato, A. (2000, 26 de abril) *Guerra ao Preconceito* [Entrevista com Ana Bock]. *Revista Veja*, 1646. Acessada em 01/12/2011 do <http://veja.abril.com.br/260400/entrevista.html>
- Natividade, M (2009). *Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores*. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 2, 121-161.

Recebido: 10 de fevereiro de 2012.

Aprovado: 16 de abril de 2012.